

PENSAMENTO E MENTALISMOS NO *TRACTATUS* DE
WITTGENSTEIN

THOUGHT AND MENTALISMS IN WITTGENSTEIN'S *TRACTATUS*

Rafael Ribeiro Silva¹

Recebido: 01/2018

Aprovado: 05/2018

Resumo: O presente texto apresenta o debate sobre a atribuição de duas formas de mentalismo ao primeiro Wittgenstein, à luz da disputa exegética sobre as proposições 3 e 3.1 do *Tractatus Logico-Philosophicus*. O objetivo deste texto é mostrar que há sérias dificuldades tanto para os que defendem que há pelo menos uma forma de mentalismo presente no *Tractatus* quanto para aqueles que rejeitam uma ou ambas as formas de mentalismo.

Palavras-chave: mentalismo, pensamento, método de projeção.

Abstract: This paper presents the debate on the attribution of two forms of mentalism to the early Wittgenstein, in the light of the exegetical dispute on propositions 3 and 3.1 of the *Tractatus Logico-Philosophicus*. The aim of this text is to show that there are serious difficulties both for those who argue that there is at least one form of mentalism present in the *Tractatus* and for those who reject one or both forms of mentalism.

Keywords: mentalism; thought; method of projection.

Introdução

“O Sujeito que pensa, representa, não existe.” (5.631)

Pelo menos duas formas de mentalismo foram atribuídas ao *Tractatus*. Uma dessas formas diz respeito ao modo como o conceito de pensamento deve ser interpretado no *Tractatus*. De acordo com esse tipo de mentalismo, capitaneado por Norman Malcolm, um pensamento é concebido como um fato psíquico que é intrinsecamente significativo, e uma frase – um sinal proposicional – exprime um pensamento quando um pensamento é projetado sobre ela. A segunda versão de mentalismo, também supostamente presente no *Tractatus*,

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando em Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rafaelribeiro.ct@gmail.com

caracteriza-se por postular uma atividade mental, que pode ser a atividade de significar, compreender ou pensar, como essencial ao sentido das proposições; isto é, caracteriza-se por postular uma atividade mental que seria responsável por conferir significado às expressões da linguagem.

Neste texto, em um primeiro momento é apresentado, à esteira da exegese de Malcolm, o pano de fundo conceitual necessário para a introdução da noção de pensamento (*Gedanke*) no *Tractatus*. Na sequência, apresentamos a interlocução entre Malcolm, Peter Winch e P.M.S Hacker sobre se a interpretação mentalista é adequada ou não ao *Tractatus*, interlocução que gira em torno da exegese da proposição de número 3.11 dessa obra. Uma leitura alternativa de 3.11 proposta por Cora Diamond é então considerada. Por fim, avaliamos os limites exegéticos que as propostas de leitura de 3 e 3.11 enfrentam.

Malcolm e o mentalismo sobre o pensamento

O *Tractatus* introduz explicitamente o termo “pensamento” na proposição de número 3: “a figuração lógica dos fatos é o pensamento”. Mas, o que isso quer dizer? Norman Malcolm, em *Wittgenstein: A religious Point of View?* (MALCOLM, 1993, pp. 29-34), apresenta uma explicação dessa proposição. Como uma primeira aproximação à caracterização dos pensamentos no *Tractatus*, vamos reproduzir seu itinerário explicativo no que segue. Sua explicação também servirá como um pano de fundo para a exposição da interpretação dos outros autores que iremos considerar.

O ponto de partida da explicação de Malcolm se dá com uma divisão dos objetos que compõem o mundo em dois tipos, em simples e complexos. Os objetos simples constituem a substância do mundo, eles são aquilo que subsiste independentemente do que seja o caso (2.021-2.024).² Os objetos simples podem combinar-se com outros objetos simples, mas essas combinações, que também podem ser chamadas de “configurações”, não são inalteráveis como são os próprios objetos simples, elas podem ser desfeitas. Um estado de coisas é uma configuração de objetos (2.01, 2.0271-2). Assim, uma possível combinação de objetos é um estado de coisas possível, uma combinação efetiva é um estado de coisas existente — um objeto complexo é uma combinação de objetos simples: se um objeto complexo é possível, mas não efetivo, ele é um estado de coisas possível; se ele é efetivo, ele constitui um estado

² Doravante, os números entre parênteses indicam o números das proposições do *Tractatus* que servem de base para as afirmações feitas no texto.

de coisas existente.

Os objetos simples não apenas podem combinar-se uns com os outros, mas é essencial que eles tenham essa possibilidade, ou, dito de modo mais preciso, é essencial que o objeto tenha a possibilidade de constituir um estado de coisas (2.011). A forma de um objeto é sua possibilidade de ocorrer em estados de coisas (2.0141). Assim, por exemplo, se dois objetos, *a* e *b*, não podem constituir os mesmos estados de coisas, então eles têm formas distintas. A forma de um objeto simples é imutável, isto é, um objeto não pode perder nem adquirir possibilidades de ocorrer em estado de coisas (2.012).

Assim como os objetos simples, o mundo também tem uma forma. Se fossem dados todos os objetos simples, seriam dadas também todas as possibilidades de combinações de objetos (a totalidade de estados de coisas possíveis), a totalidade das situações possíveis. Essa totalidade é a forma do mundo, o conjunto de todos os estados de coisas possíveis. Essa totalidade, nos lembra Malcolm, coincide com o espaço lógico. Uma vez mais, assim como os objetos têm uma forma imutável, o mundo também tem uma forma imutável, afinal, qualquer mudança na forma do mundo implicaria uma mudança na forma dos objetos.

Sob esse pano de fundo metafísico, Malcolm apresenta a concepção da linguagem do *Tractatus*. Em 4.001, Wittgenstein diz que a totalidade das proposições é a linguagem. Uma proposição é um sinal com sentido, e aqui a palavra “sinal” deve ser entendida em uma acepção na qual uma frase, um tinteiro, um copo, um diagrama, um mapa, etc. podem ser sinais. A exigência feita a um candidato a sinal (proposicional) é que ele seja algo passível de ser percebido pelos sentidos. Um sinal proposicional com sentido representa uma situação possível no mundo (2.202), e o sentido do sinal proposicional é aquilo que ele representa, ou seja, uma situação possível.

As proposições dividem-se em elementares e não-elementares, as não-elementares são funções de verdade de proposições elementares e essas últimas funções de verdade de si mesmas. Se, por exemplo, *P* é uma proposição elementar e *R* uma proposição não-elementar, dizer que *P* é uma função de verdade de si mesma é dizer que a verdade ou falsidade de *P* depende apenas de sua verdade ou falsidade, e que a verdade ou falsidade de *R* depende do valor de verdade das proposições que a constituem ou da proposição elementar que a constitui, dado que não há proposição elementar negativa (WITTGENSTEIN, 1969 p. 130).

As proposições elementares são compostas por nomes que têm como significado objetos simples: “o nome significa o objeto. O objeto é o seu significado” (3.203). Malcolm acredita que essa última observação deve ser entendida à luz de 3.22: “o nome substitui, na

proposição, o objeto”. A ideia aqui é que, quando um nome ocorre em um contexto proposicional de uma proposição elementar, ele assume o lugar do objeto simples. Naturalmente, o objeto simples não é um sinal, o objeto simples não ocorre na frase. Mas a frase pode conter um sinal que substitui, que assume o lugar, do objeto simples. Esse sinal, o nome do objeto simples, que se passa na proposição pelo objeto, em virtude disso, assume os poderes dos objetos que ele representa. Segundo Malcolm, o nome e o objeto que ele substitui têm os mesmo poderes combinatórios, mas em meios diferentes; enquanto o objeto possui seus poderes na realidade, o nome possui os poderes do objeto no meio da linguagem. Em certo sentido, nos diz Malcolm, o nome é uma duplicata do objeto (MALCOLM, 1993, p. 31). As possibilidades que os objetos têm de se combinar com outros objetos em estados de coisas são duplicadas pelas possibilidades que os nomes têm de se combinar com outros nomes em proposições elementares. Em uma proposição elementar, um nome substitui um objeto simples, outro substitui outro objeto simples, e assim por diante. Os nomes são arranjados de tal modo a constituir uma proposição, e esta será uma imagem de um estado de coisas possível no mundo. Ela representará os objetos simples como ligados uns aos outros do mesmo modo que os nomes são ligados uns aos outros na proposição (2.15).

Agora, visto que toda proposição é uma função de verdade de proposições elementares, em última análise toda proposição representa uma configuração possível de objetos simples. Se os objetos estão arranjados do mesmo modo que a proposição diz que eles estão, a proposição será verdadeira, em caso contrário, será falsa. Mas tanto as proposições falsas como as proposições verdadeiras terão as mesmas possibilidades lógicas da situação que ela representa.

Por fim, vejamos como o conceito de pensamento se adequa a essa teia conceitual. Um pensamento é, assim como uma proposição, uma imagem. Uma imagem que representa uma situação possível no espaço lógico. No entanto, adverte Malcolm, “pensamento” (*Gedanke*) não é outro nome para proposição (*Satz*), não é outro nome para frase com sentido. Malcolm lança mão da correspondência entre Wittgenstein e Russell para realçar o contraste entre proposição e pensamento. Em uma troca de cartas de 1919, Russell, após ter recebido uma cópia do *Tractatus*, faz uma série de perguntas interpretativas sobre o texto, das quais duas foram sobre o que o conceito de pensamento presente no *Tractatus*. A primeira delas foi: “Um *Gedanke* (pensamento) é um *Tatsache* (fato): quais são seus constituintes e componentes, e quais são as suas relações com aqueles (constituintes) do *Tatsache* figurado?”; e a segunda: “Um *Gedanke* consiste de palavras?” (WITTGENSTEIN, 1969). À primeira pergunta

Wittgenstein respondeu:

Eu não sei *o que* os constituintes de um pensamento são, mas sei *que* deve haver tais constituintes que correspondem às palavras da Linguagem. Uma vez mais, o tipo de relação dos constituintes do pensamento e do fato figurado é irrelevante. Seria uma tarefa da psicologia descobri-lo. (WITTGENSTEIN, 1969 p. 129).

Sua resposta à segunda pergunta foi: “Não! Mas de constituintes psíquicos que têm o mesmo tipo de relação com a realidade que as palavras. O que são aqueles constituintes eu não sei”. (WITTGENSTEIN, 1969 p. 130).

Diante dessas passagens, Malcolm nos convida a notar que Wittgenstein diz, sem qualquer qualificação, que pensamentos são compostos de elementos psíquicos, isto é, itens mentais. A interpretação que Malcolm depreende dessa observação é que “*todos* os pensamentos são compostos por elementos mentais. *Nenhum* pensamento consiste de palavras, faladas ou escritas” (MALCOLM, 1993, p. 32). Ele observa ainda que o *Tractatus* sustenta que pensamentos podem ser *expressos* em sinais físicos, mas que não precisam ser expressos para serem pensamentos (3.1). O pensamento é uma imagem, portanto, deve ser uma configuração de elementos que representa um estado de coisas possível, que será o sentido do pensamento, mas a natureza desses elementos que constituem a configuração é sempre mental. Desse modo, para Malcolm:

Um pensamento é uma estrutura com um sentido. Uma frase com sentido é também uma estrutura com um sentido. A concepção do *Tractatus* parece ser que quando um pensamento é expresso em uma frase, o que ocorre é que o sentido do pensamento é *pensado na* frase. A frase física é dotada do mesmo sentido que o pensamento já tinha. Assim, há duas estruturas com o mesmo sentido. Uma estrutura é composta de elementos mentais, a outra de palavras. (MALCOLM, 1993, p. 32).

Quando uma proposição é verdadeira há, assim, segundo Malcolm, três estruturas na seguinte relação. Há a configuração de objetos simples que constitui um estado de coisas; há uma configuração de elementos mentais que representa (descreve, afigura) esse estado de coisas; e, por fim, há uma configuração de signos que também descreve aquele estado de coisas. Pensamento e linguagem são imagens da realidade, mas a linguagem é uma imagem da realidade em virtude do pensamento ser uma imagem da realidade, isto é, em virtude do sentido do pensamento ser pensado no sentido da frase (3.11).

Peter Winch contra o mentalismo do pensamento

Um exemplo de reação à interpretação de Malcolm do que sejam os pensamentos no *Tractatus* nos foi legada por Peter Winch. De saída, ele concorda com Malcolm ao tomar como textual a distinção entre “pensamento” e “proposição”. Com base na proposição 3, citada acima, e na proposição de número 3.1, onde é possível ler que em uma “proposição um pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente”, Winch conclui que a palavra “pensamento” expressa um conceito mais geral do que a palavra “proposição”, dado que em toda proposição um pensamento encontra uma expressão perceptível pelos sentidos, enquanto que pode haver pensamentos que não podem ser percebidos pelos sentidos por não estarem veiculados em um meio perceptível. Assim, podemos contrastar pensamento e proposição, segundo Winch, deste modo: toda proposição é a expressão de um pensamento, mas pode haver pensamentos não expressos, aos quais nenhuma proposição atualmente lhes corresponde.

O desacordo entre Winch e Malcolm vem à tona quando o primeiro nega que, com base nessa distinção entre “pensamento” e “proposição”, possamos concluir que para todo estado de coisas do qual é correto dizer que é uma proposição, há outro estado de coisas do qual seria correto dizer que é um pensamento. Winch nega que quando quer que tenhamos um sinal proposicional com sentido devemos ter também, paralelamente, um fato psíquico, um pensamento. Em outras palavras, Winch nega o mentalismo, na primeira acepção de mentalismo descrita acima.

Em favor de interpretações como as de Malcolm, além da já citada carta a Russell, a proposição 3.11 é frequentemente citada. No trecho, Wittgenstein escreveu: “Utilizamos o sinal sensível e perceptível (sinal escrito ou sonoro) da proposição como projeção da situação possível. O método de projeção é pensar o sentido da proposição”. (WITTGENSTEIN, 1993, §3.11).

Para Winch, no entanto, a última frase desse trecho é ambígua, pois pode ser interpretada como propondo uma explicação da noção de *método de projeção* relativamente à noção *pensar o sentido da proposição*, ou vice-versa. Por brevidade, vamos chamar a primeira interpretação de interpretação *a* e a segunda de interpretação *b*. O trecho então poderia ser lido de tal modo que (a) veicule uma elucidação da noção de método de projeção, e assim uma explicação do método de projeção teria sido dada em termos da noção de pensar o sentido da proposição; ou (b) a frase explicaria o que é pensar o sentido de uma proposição,

e, nesse caso, daria uma caracterização do que é pensar o sentido da proposição como sendo o método de projeção. Segundo Winch, a primeira interpretação favorece uma leitura mentalista do sentido (nos dois sentidos de mentalismo), já a interpretação (b) protegeria a noção de sentido de uma interpretação mentalista. Winch aderiu à interpretação (b) e sustentou que a escolha entre (a) e (b) não é uma questão tão-somente de preferência, mas que se trataria de uma escolha objetiva entre uma leitura correta e incorreta da passagem.

A estratégia de defesa Winch da leitura (b) de 3.11 tem dois momentos: o primeiro deles é chamar atenção para o caráter *lógico* da noção de figuração lógica que ocorre na proposição de número 3; o segundo, consiste enfatizar que é apenas depois da introdução da noção de figuração lógica que a noção de projeção é utilizada para explicar a noção de “pensar o sentido de uma proposição”. De início, cumpre notar que a proposição de número 3.11 pertence ao grupo 3, e que em 3 é possível ler: “A figuração lógica dos fatos é o pensamento”. O sujeito gramatical da proposição de número 3 - a figuração lógica dos fatos — não é um termo recém-introduzido, ele remonta a discussão do bloco 2 de proposições no qual foi discutido o que é uma imagem (*Bild*) e como uma imagem descreve um estado de coisas. Em 2.182 é dito que “toda figuração é *também* uma figuração lógica”. Nas proposições seguintes à 3, o que é destacado como essencial à noção de pensamento é a noção lógico-linguística de projeção. Em 3.1, Wittgenstein caracteriza uma proposição como uma expressão sensivelmente perceptível de um pensamento. No início de 3.11, que diz que utilizamos o sinal proposicional como projeção da situação possível, o termo “projeção” é usado para expressar a relação entre o sinal sensivelmente perceptível e a situação possível. Ou seja, o termo “projeção” é usado de modo a entendermos por ele que o sinal proposicional também é uma figuração. Na última frase de 3.11, onde é dito que o método de projeção é pensar o sentido da proposição, o já conhecido termo “projeção” é *então* usado para explicar como devemos compreender o que é “pensar o sentido da proposição”. Assim, em 3.11, segundo Winch, o termo “projeção” tem um duplo papel: o de manifestar a relação entre sinal proposicional e um estado de coisas possível, uma situação possível; e o de explicar em que consiste pensar o sentido de uma proposição. O primeiro papel determinaria como devemos entender o segundo, isto é, determinaria que devemos entender que pensar é conformar-se à relação entre projetado e situação possível.

Em suma, Winch propõe a seguinte interpretação da relação entre pensamento e proposição no *Tractatus*:

Eu posso pensar que *P* e posso dizer que *P*. Dizer que *P* é uma forma que pensar que *P* pode assumir. Assim: se assiro a proposição *P*, eu também tenho o que pensamento que *P*, não no sentido que além de asserir a proposição *P* faço algo mais, penso que *P*, mas no sentido que asserir a proposição *P* é (uma forma de) pensar que *P*. Mas também posso pensar que *P* sem asserir a proposição *P*, isto é, sem expressar meu pensamento de um modo que seja perceptível aos sentidos. Nesse caso, meu pensamento é composto por certos componentes psíquicos (...) que têm exatamente a mesma relação uns com os outros, e também a mesma relação projetiva com o mundo, que as palavras na qual a proposição *P* é expressa. (WINCH, 1987, p. 15).

A lição de Winch é que um estado de coisas psíquico é tão qualificado a ser portador de sentido como um estado de coisas linguístico. Em ambo os casos, o que é necessário (e suficiente) é a relação projetiva com o mundo. A natureza dos sinais (psíquica ou física) não é importante para a explicação do pensamento, e por isso Wittgenstein teria insistido que não é preciso uma explicação de suas naturezas para obter uma elucidação do que é um pensamento.

Hacker e o mentalismo dos atos de significar

Em *Naming, Thinking and Meaning in the Tractatus*, P. M. S. Hacker dirige três críticas ao modo como Winch entende a proposição 3.11, que constitui, como vimos, o núcleo duro de sua interpretação antimentalista. Duas dessas críticas são tomadas por ele como evidentes e, em razão disso, ele apenas as menciona. A primeira consiste em dizer que a leitura de Winch é forçada, que o modo natural de ler a última frase de 3.11 é aquele segundo o qual ela explica o que é o método de projeção, e não o contrário. E aqui Hacker se vale no fato de que, em regra, se alguém diz em um contexto explicativo que *x* é *y*, o termo explicado é *x*, e não *y*. A segunda consiste em dizer que, se a interpretação de Winch fosse a correta, então o termo “método de projeção” não teria sido especificado, tampouco explicado no *Tractatus*; o que por si só destituiria a expressão “método de projeção” de qualquer poder explicativo dentro do texto.

Para a formulação de sua terceira crítica, Hacker recorre ao fragmento que vai de 3.1 ao 3.13 do *Prototractatus*:

- 3.1. A expressão perceptível de um pensamento é um sinal proposicional.
 - 3.11. Um sinal proposicional é uma projeção de um pensamento.
 - 3.111. Ele é uma projeção da possibilidade de uma situação.
 - 3.12. O método de projeção é a maneira de aplicar o sinal proposicional.
 - 3.13. Aplicar o sinal proposicional é pensar o seu sentido.
- (WITTGENSTEIN, 1971, §§3.1-3.13)

De acordo com Hacker, as proposições 3.1 e 3.11 fazem uso da já explicada noção de pensamento como uma figuração lógica dos fatos e da ideia familiar de projeção (HACKER, 1999, p. 128). A proposição 3.111 deve ser lida, de acordo com a sugestão de Hacker, tendo em mente a proposição 3.02 do *Tractatus*: “o pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa”. Assim, 3.111 deve ser entendido como uma explicação do sinal proposicional como uma projeção de uma situação possível, uma possibilidade contida no pensamento do qual o sinal proposicional é uma expressão. Já 3.12 e 3.13, segundo Hacker, explicam de modo claro o que é o método de projeção. Ele é o modo de aplicar o sinal proposicional e, por sua vez, esse modo de aplicar é explicado como equivalente a pensar o sentido do sinal proposicional.

Mas como se explica a expressão “pensar o sentido do sinal proposicional”? Wittgenstein, quando explica o método de projeção, já havia estabelecido que uma imagem representa uma situação possível no espaço lógico e que aquilo que uma imagem representa é o seu sentido (respectivamente, 2.202 e 2.221). Dado isso, Hacker diz:

[Wittgenstein] tomou como certo que seria claro que usar um sinal proposicional como uma projeção de uma situação possível, que é o uso pretendido do sinal proposicional ‘P’, é usar a frase ‘P’ como uma representação da situação que alguém pensa ser o caso, tem em mente ou *significa*. (HACKER, 1999, p. 129).

Para Hacker, então, na altura do texto em que é introduzida, a expressão “pensar o sentido de uma proposição” é uma expressão suficientemente clara, ela diz que pensar é usar o sinal proposicional tendo a intenção de que ele represente um estado de coisas possível.

A ideia de Hacker aqui é que um sinal proposicional apenas constitui uma proposição se a ele é dado um conteúdo, e esse conteúdo é posto no sinal proposicional por intermédio de atos mentais. Hacker admite que, embora essa concepção seja vital ao *Tractatus*, dado que ela explicaria de que modo as proposições podem ser significativas, ela estaria explicitamente formulada tão-somente em *Notebooks 1914-16* (HACKER, 1999, p. 161). Na página do dia 26 de Novembro de 1914, consta escrito: “*Pelo intermédio* de meu correlacionar os componentes da imagem com os objetos, ela passa a representar uma situação e a ser correta ou errada” (WITTGENSTEIN, 1969). Nesse fragmento, Hacker chama atenção para o fato de que a ação de correlacionar os elementos da imagem com os objetos é descrita como realizada pelo sujeito. A correlação é feita pelos atos mentais de significar (WITTGENSTEIN, 1969,

pp. 67, 70). Assim, Hacker conclui que é um processo de pensamento (um ato de significar, pensar, compreender) que conecta linguagem à realidade.

Cora Diamond: uma terceira via

Hacker e Winch concentram forças em suas explicações de 3.11 por entenderem que se a noção de método de projeção tiver função explicativa em relação à noção de pensar o sentido da proposição, então o mentalismo estará refutado; do mesmo modo, em caso contrário, isto é, se a noção de método de projeção estiver sendo explicada relativamente à de pensar o sentido de uma proposição, então o mentalismo estaria estabelecido. Cora Diamond não vê essa dicotomia como forçosa. Ela acredita que mesmo que a noção de método de projeção estiver sendo explicada em 3.11, ela não precisa ser entendida como sendo explicada em termos de pensar o sentido da proposição. Desse modo, Cora Diamond propõe um rompimento com a ideia de que o trecho final de 3.11 deve ser entendido de acordo com a interpretação (a) ou (b) que listamos acima. Vejamos abaixo a alternativa que ela apresenta.

Cora Diamond avalia como importante para a compreensão de 3.11 termos em mente a concepção de um pensamento como pensando uma situação, a situação que é o seu sentido (3.02). Se levarmos em conta as proposições 2.182, 2.202 e 2.203, temos que toda figuração é (também) uma figuração lógica, que a figuração representa uma situação possível no espaço lógico, e que a figuração contém a possibilidade da situação que ela pensa. Se levarmos em conta 3 e 3.02, temos que o pensamento é uma figuração lógica dos fatos e que todo pensamento contém a possibilidade que ele pensa. A partir desse conjunto de proposições, é possível dizer que o pensamento que pensa uma situação é uma imagem que representa uma situação. Aquilo que um pensamento pensa, uma situação possível, é o seu sentido (2.221). Desse modo, pensar um sentido é explicado pela figuração lógica ter como uma possibilidade interna sua a possibilidade da situação representada, pensar um sentido é figurar logicamente uma situação (DIAMOND, 2005, pp. 155-6).

Munida desse modo impessoal de caracterizar o ato de pensar (o pensamento *pensa* o seu sentido, e não o sujeito pensa um pensamento), Cora Diamond volta-se ao *Prototractatus*. Além dos já citados 3.12 e 3.13 do *Prototractatus*, ela cita ainda as seguintes proposições:

- 3.2. O sinal proposicional, com a maneira de representar, é a proposição.
4. O pensamento é a proposição com sentido. (WITTGENSTEIN, 1971, 3.2-4)

Consideremos essas proposições do *Prototractatus* juntamente com as citadas anteriormente. O método de projeção é o modo de aplicar o sinal proposicional, e aplicar o sinal proposicional é pensar o seu sentido. Como vimos, um sentido é pensado se descrito ou representado por uma figuração lógica. Agora, se aplicar um sinal proposicional é pensar, então o sinal proposicional aplicado é um pensamento. Um pensamento é caracterizado como sinal proposicional mais um modo de descrever. Então, conclui Diamond, o método de projeção é a maneira de descrever em virtude do que o sinal proposicional é alçado à categoria de pensamento.

Assim, de acordo com a interpretação de Cora Diamond, ao usar métodos de figuração em um espaço, fazemos imagens. Se essas imagens estão no espaço lógico – se estão dentro do conjunto total de possibilidades lógicas –, então elas são pensamentos. Os pensamentos pensam uma situação, a situação que é o seu sentido. Os pensamentos, assim como toda imagem, têm a possibilidade da situação que ele representa naquele espaço, isto é, a situação que o pensamento pensa pode ser, pode ter sido ou pode vir a ser o caso. E ele faz isso simplesmente por compartilhar a forma lógica com a situação possível que é o seu sentido. A noção lógica de figuração explica o que devemos entender por aplicação do sinal proposicional, a saber, o sinal é *usado* como uma imagem e, nesse sentido, como uma projeção. Assim, usar um sinal perceptível como uma imagem é usá-lo como uma imagem de uma situação possível.

Considerações finais

A carta de Wittgenstein a Russell, de 19.08.19, é no mínimo intrigante. De fato, ela fornece a maior evidência em favor do mentalismo sobre o pensamento ao caracterizar o pensamento, sem nenhuma qualificação, como um fato psíquico. Porém, deve-se observar que essa caracterização do pensamento não se adequa bem à letra do texto do *Tractatus*. Na proposição 4, Wittgenstein escreveu que o pensamento é a proposição com sentido. Assim, se lemos essa proposição tendo em mente a carta de Wittgenstein a Russell, isso diz que o fato psíquico é a proposição com sentido. Mas agora *proposição* não pode mais ser compreendida como um sinal que pode ser percebido pelos sentidos (como sinal proposicional, portanto), pois fatos psíquicos não são perceptíveis pelos sentidos. Se, além disso, devemos entender por “proposição” o sinal proposicional com sua relação projetiva com o mundo (3.12), então

teríamos que um pensamento é um fato psíquico e, ao mesmo tempo, um sinal proposicional com sua relação projetiva com o mundo. O pensamento teria, portanto, naturezas não apenas distintas, mas incompatíveis. Por essa razão, em primeira análise, a proposição 4 não é compatível com a carta a Russell.

Na verdade, paradoxalmente, essa mesma carta por si só traz outra dificuldade para a concepção mentalista do pensamento. De acordo com ela, a relação dos constituintes psíquicos de um pensamento com a realidade é a mesma que as palavras têm com a realidade. Se isso é correto, então um sinal físico que significa um objeto e um constituinte psíquico de um pensamento estão no mesmo nível representacional. Em outras palavras, eles têm o mesmo tipo de relação com a realidade. Se é assim, não há razão para supor que um fato físico não possa também representar uma situação possível sem intermédio de uma entidade psíquica. Se sempre houvesse um intermediário psíquico entre palavras e realidade, os componentes de um pensamento não poderiam ter o mesmo tipo de relação com a realidade que as palavras têm. Pois, se assim fosse, teríamos um círculo vicioso. Desse modo, mesmo uma leitura mais caridosa da carta, uma leitura segundo a qual apenas os pensamentos não-expressos são compostos por componentes psíquicos, não está isenta de dificuldades. Ao menos, não estará isenta caso se pretenda que seja usada em favor de uma concepção mentalista da noção de pensamento no *Tractatus*.

A concepção mentalista do pensamento parece implicar a concepção mentalista dos atos de significar. Dado que, de acordo com o mentalista sobre o conceito de pensamento, nenhum pensamento teria componentes físicos e, visto que as proposições também têm sentido, algum processo mental deve fazer a conexão entre pensamento e linguagem, entendida como a totalidade dos sinais proposicionais com sentido. Mas o contrário não parece ser o caso. Não parece que sustentar que processos psíquicos são essenciais à significatividade das proposições implique o compromisso com uma natureza essencialmente mental dos pensamentos. A posição de Hacker, por exemplo, parece ser exatamente essa. Hacker está comprometido com a ideia de que, no *Tractatus*, o pensar o sentido da proposição é o que confere sentido a ela, mas não com o fato de que pensar é sempre projetar um fato psíquico sobre um sinal proposicional.

À primeira vista, a interpretação de Which de 3.11, como Hacker faz notar, não é natural. É uma interpretação que parece não casar com a letra do texto, pois exige que um termo recém-introduzido (projeção) tenha um papel explicativo. Mas, desde que se reconheça que 3.11 é um comentário a 3.1, temos que o sinal proposicional é uma projeção e, dado que

uma situação possível é o sentido dessa projeção, não é implausível supor que o termo “projeção” está sendo explicado no início de 3.1 como uma imagem lógica que representa uma situação possível no espaço lógico. Se esse for o caso, torna-se razoável supor que “projeção” tem papel explicativo no final de 3.11. Mas uma dúvida persiste: mesmo que o termo “projeção” tenha sido introduzido e, pelo modo como foi introduzido, explicado, a expressão “método de projeção” fora, em razão disso, também explicada? Essa pergunta parece mais difícil de responder.

Na terceira crítica que dirige à interpretação (b) de 3.11 de Winch, Hacker localiza a noção de pensar o sentido como primitiva, uma noção em termos das quais outras serão explicadas, mas ela mesma não sendo explicada por nenhuma outra no *Tractatus*. A vantagem de sua leitura é que ela se adequa bem à ordem natural de ler 3.11. Por outro lado, a desvantagem é que ela nos obriga a mudar o modo impessoal pelo qual Wittgenstein se expressa em algumas proposições; ela nos convida, por exemplo, a reler “o pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa” (3.02) como algo nas seguintes linhas: ao usar um sinal proposicional como uma projeção de uma situação possível, o sujeito pensa o sentido do sinal proposicional.

A alternativa interpretativa de Diamond não padece desse defeito. Sua alternativa explicativa de 3.11 respeita o modo impessoal de caracterizar a relação entre pensamento e sentido, e entre figuração e representado. Mas o caráter da oposição entre sua interpretação e a de Hacker é obscurecido pelo fato de ela insistir que *nós* aplicamos imagens, *nós* figuramos fatos. É bem verdade que dizer que fazemos figurações usando métodos de representação no espaço lógico, e que essas imagens são pensamentos, não é dizer ainda que pensamos o sentido desses pensamentos. Mas também não é negar que fazer imagens envolva processos mentais que, a rigor, não seriam processos de pensar, mas que em todo o caso seriam processos psicológicos *essenciais* à significatividade da linguagem.

Referências bibliográficas

- DIAMOND, Cora. (2005). “Peter Winch on the *Tractatus* and the Unity of Wittgenstein’s Philosophy”. Em A. Pichler e Saatela eds. p, 133-163.
- HACKER, P.M.S. (1999). “Naming, Thinking and Meaning in the *Tractatus*”. *Philosophical Investigations*, 22: 119–135.
- MALCOLM, N. (1993). **Wittgenstein: A Religious Point of View?** London: Routledge.

WINCH, Peter. (1987). “Language, Thought and The World. In: **Wittgenstein’s *Tractatus***”. Em *Trying to Make Sense*. Oxford: Blackwell, 1987, pp3-17.

WITTGENSTEIN, L. (1971). **Prototractatus**. Routledge & Kegan Paul, London

_____. L. (1993). **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____, L. (1969). **Notebooks 1914-1916**. Edited by G. H. von Wright & G. E. M. Anscombe. New York: Harper & Row Publishers.